



Processo n.º: 00600-00006941/2020-31

Jurisdicionada: Polícia Civil do Distrito Federal – PCDF

Assunto: Consulta

Órgão Técnico: Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe

Ementa: CONSULTA. POLÍCIA CIVIL DO DISTRITO FEDERAL. APOSENTADORIA. TEMPO ESPECIAL. CONVERSÃO. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. TEMA 942 DE REPERCUSSÃO GERAL. APLICABILIDADE.

1. O Tema 942 de Repercussão Geral, definido pelo STF no bojo do RE 1.014.286/SP não se aplica aos servidores Policiais Cíveis para a completção do tempo mínimo de atividade estritamente policial, prevista na Lei Complementar n.º 51/85, porquanto configuraria um “*bis in idem*”, com dupla redução do requisito temporal para inativação.

2. Se, após laborar em atividade estritamente policial por vinte anos se homem ou quinze anos se mulher, o servidor continuar atuando em atividade estritamente policial, o tempo seguinte nessa atividade poderá ser computado de forma ponderada, em conformidade com o decidido pelo STF no Tema 942, para fins de completção do tempo total exigido para aposentadoria do policial civil, na forma prevista pela Lei Complementar n.º 51/85.

Resumo: Consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal acerca da possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a conversão, em comum, do tempo de serviço estritamente policial excedente ao necessário para fins de aposentadoria especial.

Conhecimento da exordial, ingresso nos autos, como interessado, do Sindicato dos Policiais Cíveis do Distrito Federal, facultando-lhe a possibilidade de se manifestar (Decisão n.º 5.075/20-CIM).

Remessa de documentos e pedido de ingresso nos autos, como interessado, do Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal.

Deferimento do pleito e prazo para encaminhamento de documentação, a ser considerada em nova instrução (Decisão n.º 3.291/21-CIM).



Pedido de ingresso nos autos, como interessado, da Associação dos Agentes Policiais de Custódia do Distrito Federal.

Deferimento do pleito e prazo para encaminhamento de documentação, a ser considerada em nova instrução (Decisão n.º 3.964/22-CIM).

Nesta fase: análise de mérito da Consulta.

O Corpo Técnico sugere ao Tribunal esclarecer ao consulente que o Tema 942 de Repercussão Geral, definido pelo STF no bojo do RE 1.014.286/SP:

a) não se aplica aos servidores policiais civis quanto ao tempo de atividade estritamente policial, os quais já contam com aposentadoria especial de policial regulamentado pela Lei Complementar n.º 51/85;

b) não permite a conversão de tempo especial, ainda que insalubre, em comum para fins do implemento de requisito da aposentadoria especial, sob pena de configuração de *bis in idem*.

O Relator dos autos, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES, apresenta VOTO em que propõe as seguintes teses:

a) o Tema 942 de Repercussão Geral, definido pelo STF no bojo do RE 1.014.286/SP não se aplica aos servidores Policiais Civis para a completção do tempo mínimo de atividade estritamente policial, prevista na Lei Complementar n.º 51/85, porquanto configuraria um "*bis in idem*", com dupla redução do requisito temporal para inativação;

b) se, após laborar em atividade estritamente policial por vinte anos se homem ou quinze anos se mulher, o servidor continuar atuando em atividade estritamente policial, o tempo seguinte nessa atividade poderá ser computado de forma ponderada, em conformidade com o decidido pelo STF no Tema 942, para fins de completção do tempo total exigido para aposentadoria do policial civil, na forma prevista pela Lei Complementar n.º 51/85.

VISTA DOS AUTOS deferida a este Revisor (Decisão 3.283/23-CIM).

VOTO de acordo com o nobre Relator, com adendo quanto ao precedente invocado.

**VOTO-VISTA**

Cuidam os autos de Consulta formulada pelo Diretor-Geral da Polícia Civil do Distrito Federal acerca da possibilidade de aplicação das regras do regime geral de previdência social para a conversão, em comum, do tempo de serviço estritamente policial excedente ao necessário para fins de aposentadoria especial de que trata a Lei Complementar n.º 51/85, tendo em vista a decisão do Supremo Tribunal Federal no julgamento do Tema 942 de Repercussão Geral (e-doc 3FBEC436-c e anexos¹).

2. O Tribunal tomou conhecimento da exordial na Sessão de 18.11.2020, ocasião em que deferiu o pedido do Sindicato dos Policiais Civis do Distrito Federal – Sinpol/DF de ingressar nos autos, na condição de interessado, facultando-lhe pronunciar sobre a *quaestio* (Decisão n.º 5.075/20-CIM, e-doc CA58F02E-e).

3. Ato contínuo, por meio das Decisões n.ºs 3.291/21-CIM e 3.964/22-CIM (e-docs 2CDC4CFB-e e A1B864A9-e), também foram admitidos, na condição de interessados, o Sindicato dos Delegados de Polícia do Distrito Federal - Sindepo/DF e a Associação dos Agentes Policiais de Custódia do Distrito Federal – AAPC.

4. Após a manifestação das partes interessadas, o processo retornou à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe para fins instrução.

5. O Corpo Técnico analisou a documentação no âmbito da Informação n.º 11/2023 – 2ª DIFIPE (e-doc 4E01D502-e), e, com aquiescência do Ministério Público de Contas (Parecer n.º 0270/2023-G2P, e-doc DD274996-e), sugeriu ao Tribunal:

I. ter por cumprida a Decisão nº 3.964/2022;

II. esclarecer ao consulente que:

a. o Tema 942 de Repercussão Geral, definido pelo STF no bojo do RE 1.014.286/SP

i. não se aplica aos servidores Policiais Civis quanto ao tempo de atividade estritamente policial (inciso II do § 4º do art. 40 da CRFB), conforme artigo 171, inciso II, alínea “c”, da Portaria MTP no 1.467, de 02 junho de 2022 c/c Decisão nº 2.581/2005 (item II, in fine), uma vez que o direito à aposentadoria especial de policial já se encontra regulamentado pela LC nº 51/85;

¹ e-docs E698873B-c, 5185463F-c, 54D50121-c, E3C8C025-c



ii. não permite a conversão de tempo especial, ainda que insalubre, em comum para fins de implemento de requisito de aposentadoria especial (a exemplo da LC no 51/85), o que configuraria “bis in idem”, com dupla redução do requisito temporal para inativação, conforme artigo 172, § 4º, da Portaria MTP no 1.467, de 02 junho de 2022 c/c Decisão nº 2.581/2005 (item II, in fine) e entendimento pacífico deste Tribunal (Decisão nº 1.487/2016; Decisão nº 4.516/2016; itens III.b.1 e III.b.2 da Decisão nº 426/2022);

b. no caso de servidores Policiais Civis que tenham exercido atividades sob condições insalubres (inciso III do § 4º do art. 40 da CRFB) de forma permanente e não ocasional ou intermitente, o que não se presume, não se confunde com a atividade estritamente policial (inciso II do § 4º do art. 40 da CRFB) e deve ser devidamente atestado em cada caso, deve-se observar o contido na Decisão nº 426/2022;

III. dar ciência da decisão que vier a ser proferida ao consulente e aos interessados, por meio de seus representantes legais; e

IV. autorizar o arquivamento dos autos.”

6. Na Sessão de 26.07.2023, o nobre Relator, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES, apresentou VOTO (e-doc 2BB3CDA9-e) **divergindo** da Unidade Instrutória, no sentido de que o Tribunal fixe o entendimento segundo o qual “*se após laborar em atividade estritamente policial por vinte anos se homem ou quinze anos se mulher, o servidor continuar atuando em atividade estritamente policial, o tempo seguinte nessa atividade poderá ser computado de forma ponderada, em conformidade com o decidido pelo STF no Tema 942, para fins de completção do tempo total exigido para aposentadoria do policial civil, na forma prevista pela Lei Complementar n.º 51/1985*”.

7. Naquela assentada, pedi vista dos autos para melhor inteirar-me sobre a matéria, o que foi deferido mediante a Decisão n.º 3.283/23-CIM (e-doc 754988E4-e).

8. Após examinar mais detidamente a questão, coaduno com o voto *stricto sensu* do nobre Relator, não sem antes tecer breves considerações.

9. O i. Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES entende que, a respeito dos servidores que continuam laborando em atividade estritamente policial após adimplir os vinte (homens) e quinze (mulheres) anos exigidos pela Lei Complementar n.º 51/85:



*“se pelas vicissitudes da vida, tal tempo é ultrapassado, **não parece desarrazoado** que o tempo exercido a mais seja igualado àquele que é utilizado para a completação do tempo necessário para a aposentadoria.”*

10. De fato, conquanto a interpretação alcançada pelo Pretório Excelso e a regulamentação da matéria não prevejam, de maneira expressa, a ponderação na contagem de tempo proposta pelo n. Relator, coaduno com o seu entendimento de que a solução não soa desarrazoada, sendo possível a sua aplicação.

11. Não obstante, **ainda que não altere o posicionamento deste Revisor**, faz-se necessário esclarecer que o precedente invocado como um dos fundamentos do encaminhamento proposto não guarda equivalência com o caso em tela. Explico.

12. Diversamente da consulta ora enfrentada, em que se pretende estabelecer parâmetros relativos à contagem de tempo para fins de aposentadoria de servidores policiais que desempenham atividade estritamente policial (e, portanto, sem que seja necessária qualquer outra condição degradante no serviço), a discussão travada no RE 1.303.702/SP faz menção à atividade **insalubre** prestada pelo servidor demandante, o qual, inclusive, recebeu adicional de insalubridade em grau máximo durante o seu período na ativa, conforme trecho da sentença recorrida colacionado no voto² do Ministro Relator:

“No caso, foram os seguintes os fundamentos da sentença, mantida pelo Juízo de origem (Vol. 8, fls. 1-3):

“O autor pretende, em síntese, a condenação da requerida na obrigação de fazer, consistente na averbação de tempo de serviço em atividades insalubres, para fins de aposentadoria especial ou abono de permanência, nos termos do art. 70, do Decreto 3.048/1999.

O autor aduz que seu direito de contagem nos termos do art. 70, do Decreto 3.048/1999, está amparado pelo §4o, do art. 40, da Constituição Federal.

*O autor comprovou nos autos que é escrivão da polícia civil desde 10.07.1998, data em que entrou em exercício. **Comprovou, também, que durante mais de 20 (vinte) anos recebeu adicional de insalubridade em seu grau máximo (40%).***

Ocorre que o próprio texto constitucional invocado pelo autor veda a adoção de critérios diferenciados para a contagem e concessão

² Disponível em: <https://redir.stf.jus.br/paginadorpub/paginador.jsp?docTP=TP&docID=755543145>. Acesso em 21.08.2023.



de aposentadoria, conforme transcrição que segue: (...)”

(grifei)

13. Como se pode extrair do trecho reproduzido, o cerne do debate no bojo RE 1.303.702/SP baseia-se na contagem ponderada de tempo de serviço prestado **sob condições insalubres** por servidor integrante de carreira policial, ao passo que a consulta formulada a esta Corte indaga a possibilidade de contagem ponderada de tempo de serviço estritamente policial prestado sob condições ordinárias.

14. Verifica-se, portanto, que os elementos caracterizadores da peça inaugural e da lide decidida pelo Supremo Tribunal Federal não coincidem entre si, caracterizando base fática distinta que impede a utilização daquele julgado como precedente a motivar a tese proposta como resposta à consulta formulada.

15. Em face do exposto, com o adendo quanto à fundamentação do encaminhamento proposto, VOTO, em harmonia com o Relator original dos autos, no sentido de que o Tribunal:

I. tome conhecimento das manifestações do Sindepo/DF e do Sinpol/DF (e-docs 61BC7D7B-c e ED8E4604-c, respectivamente);

II. considere cumprida a Decisão n.º 3.964/22;

III. esclareça ao consulente que:

a) o Tema 942 de Repercussão Geral, definido pelo STF no bojo do RE 1.014.286/SP não se aplica aos servidores Policiais Cíveis para a completação do tempo mínimo de atividade estritamente policial, prevista na Lei Complementar n.º 51/85, porquanto configuraria um “*bis in idem*”, com dupla redução do requisito temporal para inativação;

b) se, após laborar em atividade estritamente policial por vinte anos se homem ou quinze anos se mulher, o servidor continuar atuando em atividade estritamente policial, o tempo seguinte nessa atividade poderá ser computado de forma ponderada, em conformidade com o decidido pelo STF no Tema 942, para fins de completação do tempo total exigido para aposentadoria

**Tribunal de Contas do Distrito Federal**GABINETE DO CONSELHEIRO ANDRÉ CLEMENTE ^{A6}

Proc.: 6.941/20

do policial civil, na forma prevista pela Lei Complementar n.º 51/1985;

IV. dê ciência da decisão que vier a ser proferida ao consulente e aos interessados, por meio de seus representantes legais; e

V. autorize o retorno dos autos à Secretaria de Fiscalização de Pessoal – Sefipe, para arquivamento.

Nos termos do art. 98, § 1º, do Regimento Interno do TCDF, encaminhem-se os autos à Presidência

Gabinete, 21 de agosto de 2023.

ANDRÉ CLEMENTE LARA DE OLIVEIRA
Conselheiro - Revisor